



PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTE OPERACIONAL (OBRAS)

ATA N.º 1

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro reuniu nas instalações da Câmara Municipal de Lisboa, sitas no Campo Grande n.º 25 – Bloco F- Piso 1, sala 6, em Lisboa, o Júri do Procedimento Concursal Comum para Assistente Operacional (Obras), constituído pelo Chefe da Divisão de Manutenção de Edifícios Municipais, Jorge Manuel Tavares de Brites, na qualidade de Presidente, pela Técnica Superior (Urbanismo e Planeamento), Maria Isabel Nunes Abrantes e Silva, na qualidade de 1.ª Vogal Efetiva, e pelo Fiscal, José Manuel Dias Luís, na qualidade de 2.º Vogal Efetivo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- I – Definir a formação e, ou, experiência profissionais necessárias e suficientes em alternativa às habilitações exigidas;
- II - Definir o perfil de competências adequado ao exercício da atividade;
- III - Fixar os métodos de seleção a utilizar, bem como os respetivos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa de cada método e o sistema de valoração final;
- IV – Estabelecer critérios de ordenação preferencial.

Nestes termos, o júri deliberou, por unanimidade e por votação nominal, o seguinte:

I – DEFINIR A FORMAÇÃO E, OU, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAIS NECESSÁRIAS E SUFICIENTES EM ALTERNATIVA ÀS HABILITAÇÕES EXIGIDAS

1. Considerando a escassez de candidaturas em anteriores procedimentos concursais para postos de trabalho iguais ou semelhantes aos postos a concurso no presente procedimento, excecionalmente, ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º da LTFP, o júri delibera desde já admitir a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da escolaridade obrigatória, comprove dispor de formação profissional e, ou, experiência profissional, na área para a qual o procedimento é aberto – Obras, com fundamento no seguinte:

- a) A categoria de Assistente Operacional (Obras), da carreira geral de Assistente Operacional, de grau 1 de complexidade funcional, exige a titularidade da escolaridade obrigatória, ainda que acrescida de formação profissional adequada, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 86.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual (adiante designada por LTFP), conjugada com a alínea c) do n.º 1 e com o n.º 2 ambos do artigo 88.º e anexo da referida LTFP;
- b) De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º da LTFP e sem prejuízo do disposto nos números seguintes, apenas pode ser candidato ao procedimento concursal quem seja titular do nível habilitacional e, quando aplicável, da área de formação, correspondentes ao grau de complexidade funcional da carreira e categoria caracterizadoras do posto de trabalho para cuja ocupação o procedimento é publicitado;
- c) Excecionalmente, nos termos do n.º 2 do referido artigo 34.º, a publicitação do procedimento pode prever a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da habilitação exigida, considere dispor da formação e, ou, experiência profissionais necessárias e suficientes para a substituição daquela habilitação;
- d) A Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada por Portaria) no seu artigo 3.º alínea a) estabelece como garantia do procedimento concursal de recrutamento que as regras e critérios são determinados em momento prévio à publicitação da abertura do procedimento concursal.

2. Assim, excecionalmente, ao abrigo do n.º 2 do artigo 34.º da LTFP, o júri desde já admite a possibilidade de candidatura de quem, não sendo titular da escolaridade obrigatória, comprove dispor de formação profissional, no mínimo de 30 horas, e, ou, experiência profissional, no mínimo de 6 meses, na área para a qual o procedimento é aberto – Obras, nos seguintes termos:



2.1. A formação profissional deve ser comprovada por documentos emitidos por entidades acreditadas, que refiram expressamente a área da formação em obras e o número de horas de formação profissional.

2.1.1. Caso nos certificados de formação profissional seja discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 6 horas por cada dia de formação, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

2.1.2. Caso nos certificados de formação profissional não seja indicada a duração, em horas ou dias, é atribuído um total de 6 horas, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

2.1.3. Caso nos certificados de formação profissional, exista discrepância entre o número total de horas da formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

2.2. A experiência profissional deve ser comprovada por documentos emitidos pelas respetivas entidades para as quais exerça ou tenha exercido as funções na área de obras, que contenham a discriminação das funções efetivamente desempenhadas e a duração do período de trabalho nas mesmas.

II - PERFIL DE COMPETÊNCIAS

A definição do perfil de competências adequado ao desempenho de funções de Assistente Operacional (Obras) atendeu à seguinte caracterização dos postos de trabalho a que se destina o presente procedimento concursal, prevista no Mapa de Pessoal para o ano de 2024, aprovado pela Assembleia Municipal através da Deliberação n.º 590/AML/2023, tomada em reunião de 12 de dezembro de 2023 e publicada no 4.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1557, de 21 de dezembro de 2023:

Assistente Operacional (Obras) – Realiza funções de natureza executiva, de caráter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis; Executa tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforços físicos; É responsável por equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

Assim, considerando a referida caracterização dos postos de trabalho a preencher, deve ser aferido o seguinte perfil de competências nos candidatos:

a) Orientação para o Serviço Público: em que se avalia a capacidade para exercer a sua atividade respeitando os valores e normas gerais do serviço público e do setor concreto em que trabalha.

b) Relacionamento Interpessoal: em que se avalia a capacidade para interagir, adequadamente, com pessoas com diferentes características, tendo uma atitude facilitadora do relacionamento e gerindo as dificuldades e eventuais conflitos de forma ajustada

c) Otimização de Recursos: em que se avalia a capacidade para utilizar os recursos e instrumentos de trabalho de forma eficaz e eficiente de modo a reduzir custos e aumentar a produtividade.

d) Responsabilidade e Compromisso com o Serviço: em que se avalia a capacidade para reconhecer o contributo da sua atividade para o funcionamento do serviço, desempenhando as suas tarefas e atividades de forma diligente e responsável.

e) Orientação para a Segurança: em que se avalia a capacidade para compreender e integrar na sua atividade profissional as normas de segurança, higiene, saúde no trabalho e defesa do ambiente, prevenindo riscos e acidentes profissionais e/ou ambientais.

III – MÉTODOS DE SELEÇÃO A UTILIZAR, RESPECTIVOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO, SUA PONDERAÇÃO, GRELHA CLASSIFICATIVA DE CADA MÉTODO E SISTEMA DE VALORAÇÃO FINAL



Com base no perfil de competências definido e considerando o artigo 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro (adiante designada por Portaria), que estabelecem métodos de seleção obrigatórios consoante a situação jurídico-funcional do trabalhador, bem como o artigo 18.º da Portaria que determina quais os métodos de seleção facultativos, atendendo às funções a exercer pelos candidatos a recrutar, o Júri optou pela aplicação dos seguintes métodos de seleção:

- Para candidatos que estejam a cumprir ou executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, bem como para os candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade: Avaliação Curricular, Entrevista de Avaliação de Competências e Exame Médico.
- Para os restantes candidatos: Prova de Conhecimentos, Avaliação Psicológica e Exame Médico.

Estes métodos de seleção são valorados através dos seguintes parâmetros de avaliação:

1. PROVA DE CONHECIMENTOS (PC), que visa avaliar os conhecimentos profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício da função, comporta uma única fase, é de realização individual, incide sobre conteúdos de natureza específica diretamente relacionados com as exigências da função e reveste natureza prática e teórica assumindo esta a forma oral e execução de tarefas práticas.

1.1. A Prova de Conhecimentos consistirá na execução de tarefas na área da construção civil.

1.2. A Prova de Conhecimentos será classificada de acordo com os seguintes parâmetros:

A – Atitude perante a tarefa

Avaliação do interesse, empenho, sentido de responsabilidade, espírito de equipa e entreadjuada, confiança em si próprio antes e durante a execução da tarefa.

Valoração:

0 valores – Revela pouco ou nenhum interesse, empenho, responsabilidade e confiança;

1 valor – Revela razoável interesse, empenho, responsabilidade e confiança;

2 valores - Revela bastante interesse, empenho, responsabilidade e confiança.

B – Escolha dos materiais, ferramentas e utensílios

Apreciação da utilização dos materiais, ferramentas e utensílios adequados na execução da mesma

Valoração:

0 valores – Revela dificuldades na escolha e/ou utilização dos materiais, ferramentas e utensílios;

1 valor – Revela razoável capacidade na escolha e/ou utilização dos materiais, ferramentas e utensílios;

2 valores - Revela bastante facilidade na escolha e/ou utilização dos materiais, ferramentas e utensílios.

C - Aptidão e qualidade na execução da tarefa

Apreciação do domínio técnico e capacidade com que explica e executa um barramento numa junta de pladur, de um troço em aço galvanizado e de uma parede em alvenaria de tijolo, avaliado da seguinte forma:

C1 Explicação do modo como vai executar as tarefas

Valoração:

0 valores – Não sabe explicar como vai executar as tarefas;

1 valor – Explica de modo razoável como vai executar parte das tarefas;

2 valores – Explica de modo razoável como vai executar as tarefas;

3 valores – Explica bem como vai executar as tarefas.

C2 Execução das tarefas



Valoração:

- 0 valores – Não executa nenhuma tarefa;
- 2 valores – Executa bem uma tarefa;
- 4 valores – Executa bem 2 tarefas;
- 6 valores – Executa bem as 3 tarefas.

C3 Rapidez na execução das tarefas

- 0 valores – Não executa dentro do prazo;
- 2 valores – Executa dentro do prazo;
- 5 valores – Executa em 30 minutos.

$$C=C1+C2+C3$$

D – Regras de segurança do trabalho

Avaliação do conhecimento das normas e procedimentos de segurança exigidos para o desempenho da tarefa

Valoração:

- 0 valores – Demonstra pouco ou nenhum conhecimento das regras de higiene e segurança necessárias e relaciona-as com dificuldade às condições de trabalho. Manifesta ter poucos hábitos de higiene e segurança na execução da tarefa e na utilização dos instrumentos de trabalho;
- 1 valor – Demonstra razoável conhecimento das regras de higiene e segurança necessárias e relaciona-as com dificuldade às condições de trabalho. Manifesta ter alguns hábitos de higiene e segurança na execução da tarefa e na utilização dos instrumentos de trabalho;
- 2 valores - Demonstra bom conhecimento das regras de higiene e segurança necessárias e relaciona-as com facilidade às condições de trabalho. Manifesta ter bastantes hábitos de higiene e segurança na execução da tarefa e na utilização dos instrumentos de trabalho.

1.2. A classificação da Prova de Conhecimentos resulta da soma aritmética simples da valoração obtida em cada um destes parâmetros de avaliação, numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, nos seguintes termos:

$$PC = A + B + C + D$$

Em que:

PC = Prova de Conhecimentos

A = Atitude perante a tarefa

B = Escolha dos materiais, ferramentas e utensílios

C = Aptidão e qualidade na execução da tarefa

D – Regras de segurança do trabalho

1.3. Duração máxima da Prova de Conhecimentos: 45 minutos.

2. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (AP), que visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências supra definido no Ponto I., podendo comportar uma ou mais fases.

2.1. A Avaliação Psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não apto.

3. AVALIAÇÃO CURRICULAR (AC), que visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho, com base na análise do respetivo currículo.



Assim serão considerados e ponderados os seguintes elementos:

3.1. Habilitação Académica (HA) ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes, numa escala de 0 a 20 valores, da seguinte forma:

3.1.1. Pela detenção da escolaridade obrigatória legalmente exigida.....19 valores;

3.1.2. Pela detenção de escolaridade superior à obrigatória legalmente exigida.....20 valores.

3.1.3. Para efeitos de valoração da Habilitação Académica, esclarece-se que só será considerada a Habilitação Académica devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas.

3.2. Formação Profissional (FP), em que serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a desempenhar, numa escala de 0 a 20 valores.

3.2.1. Assim, partindo de uma base de 6 valores a atribuir a todos os candidatos, com ou sem formação profissional ou com formação profissional que não esteja documentada, serão ainda consideradas as seguintes situações:

3.2.1.1. Formação Profissional diretamente relacionada com o desempenho da função, adquirida através de ações de formação, ações de sensibilização, seminários, colóquios, congressos, simpósios, entre outros, do seguinte modo:

- Até 30 horas (inclusive).....2 valores

- De 31 horas até 60 horas (inclusive).....3 valores

- De 61 horas até 90 horas (inclusive).....4 valores

- De 91 horas até 120 horas (inclusive).....5 valores

- De 121 horas até 150 horas (inclusive).....6 valores

- De 151 horas até 200 horas (inclusive).....7 valores

- De 201 horas até 250 horas (inclusive).....8 valores

- Superior a 250 horas.....10 valores

3.2.1.2. Por cada participação em ações de formação, ações de sensibilização, seminários, colóquios, congressos, simpósios, entre outros, em área indiretamente relacionada com o desempenho da função..... 0,5 valores, até ao máximo de 4 valores.

3.2.1.3. Para efeitos de valoração da Formação Profissional, esclarece-se o seguinte:

a) Só será considerada a Formação Profissional devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas;

b) No que respeita ao ponto **3.2.1.1.**, o júri procederá à soma da totalidade das horas de formação frequentadas, atribuindo-lhe a pontuação que lhe corresponde na referida grelha;

c) Relativamente à Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.**, em cujos certificados apenas é discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 6 horas por cada dia de formação, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

d) Quanto à Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.**, em cujos certificados não seja indicada a duração, em horas ou dias, é atribuído um total de 6 horas, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração;

e) No caso de, apesar de a Formação Profissional prevista no ponto **3.2.1.1.** se encontrar concluída, existir discrepância entre o número total de horas da formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

3.3. Experiência Profissional (EP), em que será considerado o desempenho efetivo de funções com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, sendo contabilizado o tempo de experiência detido pelo candidato no exercício de funções inerentes à categoria de Assistente Operacional, desde que respeitantes à atividade de Obras, numa escala de 0 a 20 valores, do seguinte modo:

3.3.1. Até um ano de experiência profissional em Serviços da Administração Pública.....8 valores



3.3.2. Por cada ano completo a mais de experiência profissional em Serviços da Administração Pública.....acrescem 2 valores, até ao máximo de 12 valores

3.3.3. Para efeitos de valoração da Experiência Profissional, esclarece-se que só será valorada a experiência profissional devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente o período de duração da mesma e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas.

3.4. Avaliação do Desempenho (AD) relativa ao último período de avaliação em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, multiplicando-se por 4, de forma a ser expressa numa escala de 0 a 20 valores.

3.4.1. Para efeitos de classificação da Avaliação do Desempenho, esclarece-se que apenas será considerada a Avaliação do Desempenho devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente a avaliação final, mediante a respetiva menção quantitativa.

3.4.2. Caso o candidato não possua, por razões que não lhe sejam imputáveis, avaliação do desempenho relativa ao período a considerar, o Júri deve prever, face ao disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º da Portaria, um valor positivo a considerar na fórmula classificativa, pelo que atribuirá 2,5 valores, atendendo ao fixado no sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública para o *desempenho adequado*, previsto na alínea b) do n.º 4 do artigo 50.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação original, uma vez que as alterações operadas pelo Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, ainda não são passíveis de ser consideradas no âmbito do presente procedimento concursal, atendendo à data de entrada em vigor do citado Decreto-Lei.

3.5. A classificação da **Avaliação Curricular** é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a valoração obtida através da média aritmética ponderada das classificações dos parâmetros a avaliar, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = 0,3 HA + 0,2 FP + 0,3 EP + 0,2 AD$$

Em que:

AC = Avaliação Curricular

HA = Habilitação Académica

FP = Formação Profissional

EP = Experiência Profissional

AD = Avaliação do Desempenho

4. ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (EAC), que visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função em apreço.

4.1. A Entrevista de Avaliação de Competências, composta por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências *supra* definido no Ponto I, é avaliada numa escala de 0 a 20 valores e pretende aferir a presença ou ausência das competências descritas no respetivo perfil.

4.2. Duração aproximada da Entrevista de Avaliação de Competências: 1 hora e 30 minutos.

5. EXAME MÉDICO (EM), em que se pretende avaliar as condições de saúde física e psíquica dos candidatos exigidas para o exercício da função.

5.1 O exame médico será realizado atendendo ao estabelecido nos critérios clínicos para avaliação dos Riscos Profissionais identificados na Avaliação de Riscos específica elaborada pelos Serviços de Segurança do Trabalho do Departamento Saúde, Higiene e Segurança (DSHS) da CML, assim, como nos indicadores de Saúde Ocupacional inerentes ao Protocolo de Prevenção e Vigilância de Saúde por categoria profissional.

5.2. Plano Nacional de Vacinação atualizado.

5.3. Questionários de antecedentes pessoais e profissionais.

5.4. Indicadores de saúde geral e de Saúde Ocupacional

5.5. AUDIT C, Teste Fagerström, Teste Richmond, ASSIST;



5.6. Questionário da higiene sono

5.6.1. Apneia do sono (Questionário STOP-BANG);

5.6.2. Questionário da qualidade do sono (Pittsburgh) e Sonolência (Epworth)

5.7. Questionário de Lesões Músculo-esqueléticas (LMELT)

5.8. Exames Analíticos Gerais: Hemograma completo, Glicemia, Creatinina, GamaGT, TGO, TGP, Colesterol Total, Colesterol HDL, Trigliceridos, Ácido úrico. Urina II.

5.8.1. Exames Analíticos Específicos: pesquisa de imunidade HB (Atc Anti-HBs).

5.9. Rastreio da visual com escalas ou com lentes: escala optométrica de Snellen, Wecker, Testes de visão cromática de Ishihara, avaliação do campo visual.

5.10. Rastreio da acuidade auditiva: audiograma tonal (dependendo do exame objectivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres de outras especialidades).

5.11. Rastreio da função Cardíaca: electrocardiograma simples (dependendo do exame objectivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres de outras especialidades).

5.12. Rastreio de patologia pulmonar ativa: RX Tórax PA (complementarmente ao Exame objectivo do médico); eventual Espirometria simples (dependendo do exame objectivo do médico poderão ser pedidos outros exames complementares ou pedidos pareceres da especialidade de Pneumologia).

5.13. Rastreio de LMELT - Lesões Músculo-esqueléticas Ligadas ao Trabalho: RX Coluna vertebral total em carga (2 planos), RX Joelhos (2 planos).

5.14. Avaliação Clínica completa com Exame Objectivo: Anamnese, Exame ectoscópico (pele e mucosas saudáveis), Exame neurológico sumário, Exame do aparelho respiratório, Exame do aparelho cardiovascular, Exame do aparelho digestivo, Exame oftalmológico, Exame otorrinolaringológico, Exame do aparelho osteoarticular, Exame estomatológico, Exame biométrico. Avaliação do desenvolvimento de referência para a idade e sexo, da função endócrina e metabólica.

5.14.1. Risco acrescido de lesões dermatológicas, respiratórias, sensitivas e neurocognitivas - salienta-se a relevância da atitude preventiva destes trabalhadores em relação à exposição profissional a ruído, poeiras e compostos voláteis, com risco acrescido de lesões dermatológicas, respiratórias, sensitivas e neurocognitivas;

5.14.2. Lesões músculo-esqueléticas ligadas ao trabalho (LMERT) - salienta-se a relevância da prevenção da exposição profissional nesta atividade a lesões músculo-esqueléticas ligadas ao trabalho (LMERT) quer nas solicitações intensivas da atividade mecânica dos membros superiores, inferiores e coluna vertebral, quer nas posturas estáticas e fletidas, quer na movimentação manual de cargas e o seu efeito cumulativo de risco;

5.14.3. Uso de equipamentos e vibrações mão-braço - salienta-se a relevância da prevenção da exposição profissional nesta atividade associada a vibrações dos instrumentos ou equipamentos mecânicos com o potencial de provocar lesões neurosensitivas e lesões músculo-esqueléticas ligadas ao trabalho (LMERT) e o diagnóstico precoce do seu efeito cumulativo e comorbilidades;

5.15. Os candidatos devem no Exame Médico, ser portadores de toda a informação clínica que dispõem e de relatórios clínicos das especialidades médicas que os assistem. Assiste ao candidato o dever de colaboração. Após a consulta médica convocada formalmente, não serão aceites pedidos de reavaliação ou repetição do Exame Médico, nem aceites exames e informação clínica adicional relevante que tenha sido previamente omissa deliberadamente pelo candidato, com o objetivo de não colaboração com os serviços clínicos.

5.17. O Exame Médico é avaliado através das menções classificativas de Apto e Não Apto, no cumprimento da legislação aplicável.

6. ORDENAÇÃO FINAL

6.1. Cada um dos métodos de seleção é eliminatório, pela ordem constante da presente Ata, considerando-se excluído do procedimento o candidato que não compareça à realização de um método de seleção, ou que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores ou um juízo de Não Apto num dos métodos ou fases, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 21.º da Portaria, não lhe sendo aplicado o método de seleção ou fase seguintes.



6.2. A ordenação final resulta da fórmula abaixo indicada e será expressa na escala de 0 a 20 valores, resultando da média aritmética ponderada e expressa até às centésimas dos resultados obtidos nos métodos de seleção aplicados:

$$\begin{aligned} \text{OF} &= \text{PC} \\ \text{OF} &= 0,50 \text{ AC} + 0,50 \text{ EAC} \end{aligned}$$

Em que:

OF = Ordenação Final

PC = Prova de Conhecimentos

AC = Avaliação Curricular

EAC = Entrevista de Avaliação de Competências

6.2.1. Para os candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras dos postos de trabalho em causa, bem como para os candidatos em situação de valorização profissional que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade (e que não tenham declarado afastar a aplicação dos métodos de seleção Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências na candidatura), os métodos de seleção a aplicar são a Avaliação Curricular (AC), a Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) e o Exame Médico.

6.2.2. Para os restantes candidatos: Prova de Conhecimentos (PC), Avaliação Psicológica e Exame Médico.

IV – CRITÉRIOS DE ORDENAÇÃO PREFERENCIAL

Subsistindo o empate em caso de igualdade de valoração na ordenação final após a aplicação dos critérios de ordenação preferencial referidos no n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º da Portaria e nos termos da alínea b) do citado n.º 2, aplicar-se-ão os seguintes critérios de ordenação preferencial:

- 1.º - Os candidatos detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas;
- 2.º - Os candidatos com mais tempo de experiência profissional na área de atividade para qual o procedimento concursal é aberto, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas;
- 3.º - Primazia na submissão da candidatura na Plataforma de Recrutamento do Município de Lisboa - data, hora e minuto, contados desde a última alteração à candidatura


Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de cujo conteúdo se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada conforme, foi assinada e rubricada pelos membros do Júri.

O Presidente de Júri



Jorge Manuel Tavares de Brites

A 1.ª Vogal Efetiva



Maria Isabel Nunes Abrantes e
Silva

O 2.º Vogal Efetivo



José Manuel Dias Luís